

Concentração de capitais e financeirização da terra em torno do complexo silvicultura - celulose no Rio Grande do Sul

Gabriela Cardoso Brandão¹, Jefferson Rodrigues dos Santos^{1*}

Orientador(a)*

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Rio Grande. Rio Grande, RS.

A produção de eucalipto e celulose no Brasil apresentava histórica concentração de capitais no sudeste brasileiro. Em meados dos anos 2000, o Rio Grande do Sul surgiu como novo foco de investimentos, atraindo simultaneamente o interesse de três grandes empresas do setor: Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel e Stora Enso. Com a crise econômica em 2008 essas empresas sofreram grandes prejuízos. Em resposta, Aracruz e Votorantim decidiram se fundir, criando a Fibria, em uma estratégia financeira que incluiu a venda de áreas florestais e fábricas. Neste contexto pós-crise, a Fibria vende suas terras para outra empresa, a Celulose Riograndense (CMPC), de capital chileno. O que aconteceu com tais terras, qual seu papel como parte da estratégia da empresa? Qual o destino do patrimônio da Stora Enso? A presente pesquisa busca compreender a logística adotada pela CMPC para a gestão da sua vasta área adquirida e esclarecer o destino das terras que pertenciam à Stora Enso. Para essa análise, foram utilizados relatórios destinados aos acionistas que descrevem mudanças nos procedimentos, aquisições, expansão produtiva e posicionamentos sobre conflitos ambientais e trabalhistas. Também foram considerados artigos científicos, dissertações, teses, veículos de comunicação e publicações setoriais. Quanto às áreas da CMPC, um aspecto importante são os altos custos de transporte de madeira, que levam a busca pela menor distância entre florestas e fábrica, num raio médio de cerca de 100 km. A análise dos dados revelou que a empresa tem adotado alternativas logísticas de escala, o uso de transporte hidroviário, ligando região metropolitana ao sul do estado, conectando o porto de Pelotas ao seu porto privativo em Guaíba. Entretanto, a empresa ainda possui terras com distâncias que superam a viabilidade econômica, levantando a hipótese de que possam estar sendo utilizadas para impedir a entrada de concorrentes (land grabbing). No caso da Stora Enso, os problemas legais começaram antes mesmo do início da crise econômica. A empresa adquiriu terras na faixa de fronteira com o objetivo de integrar sua base florestal no Brasil às suas propriedades no Uruguai. Contudo, foi impedida de avançar com o projeto por violar a legislação nacional, que proíbe empresas estrangeiras de adquirir terras em áreas de fronteira. Para contornar o problema, a Stora Enso criou uma empresa de capital nacional para ser proprietária das terras, a Azemglever Agropecuária. Entretanto, com a crise, os projetos foram suspensos, e as terras permaneceram sob controle da Stora Enso até 2018, quando os ativos florestais da empresa foram vendidos a uma empresa financeira, cujo objetivo é aproveitar a valorização das terras para futuras negociações. Observa-se assim que parte significativa do espaço agrário do Rio Grande do Sul não tem o uso produtivo como prioritário, mas tornou-se objeto de estratégia competitiva ou ativo financeiro.

Palavras-chave: Uso do território; Concentração fundiária; Eucalipto.